

Eduardo Soares Nunes
(UNB) O livro *Cidade do Índio*, de Geraldo Andrello, é versão revisada e pouco modificada de sua tese de doutoramento, defendida em 2004, na Unicamp. Trata-se de uma fina etnografia do um povoado indígena multiétnico lauretê, situado no rio Uaupés, afluente do rio Negro, no lado brasileiro da fronteira entre Brasil e Colômbia. A grande qualidade etnográfica do trabalho vem acompanhada de uma interessante síntese de fontes históricas e de uma perspicaz leitura de questões teóricas importantes, o que abre caminhos difíceis de serem visualizados em meio à tão vasta cobertura etnográfica como a existente na região.

No capítulo inicial, Andrello discorre sobre sua trajetória de envolvimento com a região, desde 1994, participando da implementação de projetos e realizando levantamentos pelo Instituto Socioambiental (ISA). Na segunda seção ele define os eixos teóricos e metodológicos que o guiam ao longo do trabalho. Essa reflexão teórica ilustra, também, as mudanças nos rumos da pesquisa e suas motivações. Ao fim do capítulo, o autor abre caminho para uma discussão que se aprofundará ao longo do livro, e especialmente no último capítulo: o significado que os índios atribuem ao conceito de civilização.

O segundo e terceiro capítulos trazem uma análise de fontes históricas sobre a região. O primeiro destes concentra-se principalmente sobre o século XIX, sendo o aliciamento da mão-de-obra indígena durante a colonização assunto central. Por este meio, o autor discorre sobre a instituição do sistema da dívida através do aviamento como forma de cooptar trabalhadores para diversos fins e, principalmente, sobre seu significado para os próprios indígenas.

Dando continuidade à análise histórica, o capítulo 3 parte da implantação de missões salesianas na região, a partir do início do século XX, concentrando-se sobre a fundação do centro missionário de lauretê, as relações estabelecidas entre missionários e índios e as conseqüências da longa presença – por muito tempo absoluta, posto que por cerca de 60 anos, o Estado praticamente não se fez presente na região – desta instituição no povoado. Depois de uma apresentação de algumas características socioeconômicas, demográficas e étnicas, com as quais o autor monta um quadro geral sobre os bairros do povoado, a década de 1980 e seus

processos políticos tornam-se o assunto central. As questões levantadas por diferentes grupos Tariano em torno da demarcação de terras indígenas na região e a formação das primeiras organizações indígenas tanto locais como regionais são assuntos tratados.

O quarto capítulo é provavelmente o mais importante do livro. Tratando inicialmente sobre o cotidiano dos bairros de Iauaretê e as consequências do adensamento da população e da intensificação do processo de urbanização, o texto desemboca numa análise dos significados do dinheiro e das mercadorias, itens por excelência da civilização dos brancos, mostrando como são análogos as formas indígenas de riqueza, ou seja, nomes e objetos rituais. Intermediando estes dois temas, Andreello insere uma análise da circulação de dinheiro e mercadorias, mostrando de que forma estes fluxos atuam na produção da própria comunidade. A última seção trata de processos recentes de revalorização da “cultura dos antigos”, por parte de grupos Tariano e Tukano de alta hierarquia. Em ambos os casos, ensinava-se inscrever em um livro a história e mitologia das etnias.

Os dois últimos capítulos do livro são fruto do envolvimento do autor com estes projetos, tendo sido convidado, por ambos os grupos, para participar destas empreitadas na qualidade de redator. O quinto capítulo traz o ponto de vista Tariano, os “filhos do sangue do trovão”. Sua narrativa mítica sobre a distribuição dos *sibs* desta etnia pela região do rio Uaupés, ao lado de sua memória genealógica e histórica, mostram como os *koivathe* assumiram uma posição de destaque na relação com os colonizadores.

O ponto de vista dominante do último capítulo é o da “gente de transformação”, os Tukano. Sua narrativa mítica sobre o surgimento do mundo e das gentes tematiza a diferenciação dos seres, tanto dos índios entre si quanto entre índios e brancos. A estes últimos é reservado um lugar de destaque, por dois motivos. Primeiro, o surgimento dessa gente se dá de modo diferenciado. A consolidação de seus corpos e capacidades foi quase instantânea, ao contrário dos indígenas, cujo processo é lento e atravessa muitas etapas. Em segundo lugar, é o surgimento dos brancos que desencadeia a segunda viagem da cobra-canoa, tema mítico exclusivo deste grupo, posto que nas mitologias das demais etnias da região, há apenas uma jornada que condensa todos os eventos das duas viagens do mito Tukano.

O livro de Geraldo Andreello é um desafio para pensar a dicotomia estrutura-história, ou, em outros termos, um bom exemplo de como lidar etnograficamente com a questão. Os mitos apresentados nos dois últimos capítulos são exemplares neste sentido, pois, em ambos os casos, a narrativa indígena flui de um tempo mítico a um tempo histórico, passando de demiurgos ao aparecimento de personagens históricos propriamente humanos, antigos “principais” ou “capitães” indígenas, padres, colonizadores, viajantes etc, presentes tanto na história oral quanto em outras fontes históricas. O autor sugere, assim, que a história deve ser lida como continuação da narrativa mítica, em relação de complementaridade e não de oposição. Nas reivindicações Tariano e Tukano quanto a serem os primeiros habitantes de Iauaretê, tal posição aparece de maneira ainda mais latente, pois, nestes momentos, mito e história se fundem nas perspectivas – do tempo presente – em disputa por legitimidade. Perspectivas colocadas em cena para garantir prerrogativas quanto à vida atual, no que diz respeito tanto aos cerimoniais quanto à vida política ou à convivência cotidianamente.

Mas, para além de uma etnografia que lança luz sobre um caso específico – no caso, uma localidade específica –, um livro com o título *Cidade do Índio* não poderia deixar de levantar questões – ou ao menos curiosidade – acerca de uma situação que se faz cada vez mais presente no cenário brasileiro contemporâneo, mas ainda rudimentarmente etnografada: os índios que moram em cidades, designados por vezes pelas terminologias

“índios urbanos” ou “índios urbanizados”.

É curioso, portanto, o fato de que, apesar do título sugestivo, o autor cautelosamente opta por designar o local como um povoado, e não uma cidade. Mas o que, afinal, é central para definir uma etnografia indígena urbana? O livro de Andreello não responde explicitamente essa pergunta, mas o modo como o autor lida com a questão levanta pontos importantes. Em primeiro lugar, o fato de Iauaretê não ser uma cidade – ou ainda não ser – descola o ponto de relevância do ambiente físico da cidade. O que, de fato, está em jogo são processos, atitudes, modos de fazer, modos de ser, que podem ser bem melhor apreendidos sob a ideia de urbanidade, como conjunto de atributos característicos do meio urbano, mas não necessariamente coextensivos a ele. Assim, o processo de urbanização, de adensamento populacional, de diminuição da capacidade dos jovens de mapearem as relações sociais que envolvem suas famílias, o fluxo crescente de mercadorias e de dinheiro são aspectos relativos à organização da vida cotidiana deste povoado multiétnico do rio Uaupés.

Andreello faz uma crítica à percepção que Marx tem sobre os processos de monetarização, como possuidores de um alto potencial destrutivo dos laços comunitários – posto de outro modo, das relações humanas de uma maneira geral. De forma alguma é uma crítica fortuita. Ao contrário, é um dos pontos altos de uma obra extremamente cuidadosa em relação ao trato etnográfico e teórico que se pode dar a questões como inserção dos indígenas na economia de mercado e processos de urbanização e monetarização das relações cotidianas. A resposta que a fantástica análise feita do dinheiro e das mercadorias como *valores* – sendo, assim, itens análogos aos nomes e adornos cerimoniais – traz a uma apreensão marxista de tais processos é que a civilização dos brancos está sendo apropriada, em Iauaretê, por meio da comunidade indígena com o fim de criar a si mesma, ou seja, de pôr seus próprios valores em circulação. A leitura de *Cidade do Índio*, desta forma, além de mostrar as sutilezas e complicações de uma etnografia indígena e urbana, é um excelente exemplo de como lidar com estas questões.

Com o autor sempre atento à perspectiva indígena, o livro parece esvair naturalizações perigosas de perspectivas alheias e exteriores aos atores em questão. Nesse sentido, a análise do significado atribuído ao conceito de civilização é exemplar, pois a partir daí pode-se vislumbrar como os processos de transformação do cotidiano do povoado são compreendidos pelos indígenas. A dificuldade de se fazer uma leitura de tais processos tão preocupada com a perspectiva dos atores reside, a meu ver, no fato de que os índios compreendem, domesticam e apreendem a realidade a partir das mesmas categorias que missionários, antropólogos, agentes de estado, ou regionais: civilização, dinheiro, cultura, mercadoria, índio, caboclo, branco, educação, desenvolvimento etc. E o fazem no presente tanto quanto o fizeram no passado. Mas há sempre nuances na significação de tais conceitos, dependendo de que ponto de vista se assume. O livro de Geraldo Andreello mostra essas sutilezas de maneira exemplar.

Outra virtude deste trabalho é que, sem ignorar a importância e a força de agentes externos, evidencia a agencialidade indígena, mostrando como estes atuaram e continuam a atuar na produção de sua própria história. Essa não é uma ideia nova, mas o livro é certamente um excelente exemplo destes processos.

Por fim, saliento que esta obra, ao evitar uma dicotomia entre “índios urbanos” e “índios de comunidades ribeirinhas”, entre floresta e cidade, “cultura dos antigos” e “civilização”, evidencia que o que se apresenta como central, como dito anteriormente, são processos e relações, e não o ambiente em que se desenrolam. Assim, à beira do Uaupés, do Papuri ou nos bairros de Iauaretê, o que o autor apresenta é a perspectiva dos Tukano,

Tariano, Pira-Tapuia, Hupda, Arapasso, Wanano, Tuyuca etc, em suma, o ponto de vista indígena.

Rafael Henrique Teixeira é mestre em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo e doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de São Carlos.